

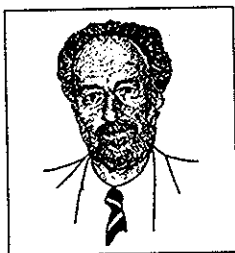
OESP
1710798
37

A-2

WASHINGTON NOVAES

Na placenta do mundo

Há alguns anos, quando sobrevoava de balão as baías da região do Rio Negro, no Pantanal de Mato Grosso do Sul, o escritor goiano Carmo Bernardes, maravilhado com a sucessão de lagoas formadas pelas enchentes anuais – cada uma de uma cor, cada uma com um formato diferente, algumas salinas rodeadas de areia branca, outras, não, todas elas cercadas de capões de matas em que predominam os ipêroxos, amarelos e brancos, naquele momento todos floridos, bandos de capivaras em disparada –, não se conteve. “Isto aqui parece a placenta do mundo”, proclamou ele.



O Pantanal precisa recuperar o convívio harmônico entre pessoas e natureza

km²). Rodovias abertas no norte e no sul têm contribuído para a dizimação da fauna.

Um dos maiores problemas, entretanto, vem de fora do Pantanal, da planície ocupada pelas monoculturas – principalmente soja –, que verte resíduos para as águas pantaneiras, principalmente pelo Rio Taquari. O solo desmatado e desprotegido é corroído pela erosão dos ventos e

da chuva e transportado para a calha do rio, que há décadas recebe dezenas de milhares de toneladas de terra por dia. Assoreado também por um processo natural de dejeção de areia (de baixo para cima), o rio não suporta o volume de água que recebe, abre “bocas” laterais, invade pastagens, torna inviável a tradicional pecuária nos pastos naturais. “Cheio de furos pelos lados, torneiral – ele derrama e destramela à toa”, diz o poeta.

Mas não é só. O próprio tipo de pecuária que há séculos predomina no Pantanal vai encontrando outros limites. Os pastos naturais, que antes comportavam até 2 mil reses por légua quadrada, hoje mal suportam 800, sem possibilidade de competir com os produtos de fora do Pantanal – em muitas partes engordados em confinamento e/ou com hormônios proibidos, mas tolerados. Muitos fazendeiros tradicionais vão abandonando ou reduzindo drasticamente seu rebanho. E, sem o pisoteio do gado, a imensidão de pastos naturais vê subir as macegas de capim, que afugentam a fauna e, na seca, começam a ser um convite a queimadas acidentais.

Nos últimos tempos, duas novas e grandes questões se colocaram. Primeiro, a da hidrovia no interior do Pantanal, parte da Hidrovia Paraguai-Paraná. Es-

tudo de uma coligação de ONGs demonstrou, além da inconveniência ambiental do projeto e de sua ilegalidade (por causa da Convenção de Ramsar), o caráter antieconômico da iniciativa, se comparada, por exemplo, com um investimento, em infraestrutura de ecoturismo, de 50% das verbas previstas para a hidrovia. Esta última opção propiciaria uma renda anual quatro vezes maior que o aumento da produção de soja (a grande e quase única beneficiária da hidrovia), o dobro de empregos, com remuneração média quase cinco vezes mais alta, uma rentabilidade sobre o investimento duas vezes e meia maior.

Há pouco tempo, alta autoridade federal anunciou que o projeto fora arquivado – mas até hoje a informação não foi oficializada, continua cercada de misterioso silêncio.

Mas há uma nova questão – a do gasoduto Bolívia-Brasil. Além dos impactos ambientais diretos, ainda não suficientemente esclarecidos, evidentemente a disponibilidade de energia ao longo da extensa rota que margeia o Pantanal Sul induzirá um aumento muito forte de ocupação humana, com outros inevitáveis impactos.

No momento, esboçam-se duas reações. Uma reúne ao governo de Mato Grosso do Sul a Fundação Pantanal, com proposta de criar um “parque natural regional” no Pantanal Sul, nos moldes dos parques regionais franceses – com gestão compartilhada dos recursos naturais, econômicos e turísticos. Muitos pantaneiros estão entusiasmados, principalmente com a possibilidade de, por essa via, produzirem carne certificada, com garantia de preço e mercado, principalmente na Europa. Outros pantaneiros se dizem céticos.

A segunda iniciativa é um projeto dos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, juntamente com o BID, no valor de US\$ 400 milhões, para interven-

ções, fora do Pantanal, capazes de evitar ou reduzir danos para a área pantaneira. Inclui a implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos, combate às erosões, recuperação de matas ciliares e criação de parques naturais. Prevê também recursos para um estudo específico sobre a bacia do Rio Taquari. Como no projeto dos parques, há pantaneiros cheios de esperança e outros que coçam a cabeça.

Mas o problema não é só dos pantaneiros. O Pantanal é patrimônio brasileiro, protegido pela Constituição (artigo 225, § 4.º).

O Projeto de Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), do Ministério do Meio Ambiente, está propondo ali a criação de uma rede de corredores ecológicos, interligando as áreas prioritárias. Faltam recursos.

Não há tempo a perder. Recente workshop no âmbito do mesmo Probio mostrou, “com relação à pressão antrópica sobre o Cerrado e Pantanal, e com base em um estudo de Mantovani e Pereira (1997), que aproximadamente 67,1% da região estava antropizada ou altamente modificada. Foram localizadas apenas três áreas de Cerrado ou Pantanal razoavelmente conservadas”.

É dramático, ainda mais se se lembrar que outro estudo de um grupo de cientistas, publicado na revista *Nature*, considerou as áreas úmidas como as que prestam mais serviços à preservação da vida. E os mais valiosos.

No Pantanal, durante séculos, seres humanos e natureza encontraram formas harmônicas e pacíficas de conviver. “As coisas que acontecem por aqui acontecem paradas. Acontecem porque não foram movidas” – vale a pena lembrar, mais uma vez, Manoel de Barros. Esse caminho é que parece haver sido perdido e precisa ser reencontrado.